

NOVA
HISTÓRIA DA
IMPrensa
PORTUGUESA
DAS ORIGENS
A 1865

JOSÉ TENGARRINHA

NOVA
HISTÓRIA DA
IMPREENSA
PORTUGUESA
DAS ORIGENS
A 1865

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

INTRODUÇÃO

Esta *Nova História da Imprensa Portuguesa* abrange das origens dos papéis informativos em Portugal a 1865, quando, com o nascimento do *Diário de Notícias*, se inicia a época industrial da imprensa.

São referidos e analisados todos os periódicos e séries publicados em Portugal e em língua portuguesa no estrangeiro quanto aos seus locais de impressão e duração, filiações e sequências, conteúdos e orientações, procurando, sempre que possível, dar a conhecer os seus redatores, editores e financiadores. Foi privilegiada a atenção aos órgãos mais destacados e às grandes linhas de desenvolvimento da imprensa na sua relação com a evolução das ideias, da vida política, da ciência e da técnica, dos interesses materiais. Assim, a partir dos jornais como mais amplos meios de comunicação desse tempo, dedicámos particular atenção às grandes correntes e controvérsias ideológicas e políticas numa perspectiva de entrosamento e influência recíproca com a evolução, sob múltiplos aspetos, da sociedade portuguesa. O que quer dizer que nem fizemos deste trabalho uma mera resenha jornalística nem vimos a imprensa como um epifenómeno regido por leis próprias, em sistema fechado. Sendo assim, ao destacar certos

jornais tivemos em atenção não apenas os que são hoje para nós referências importantes, como igualmente os que tiveram considerável influência no seu tempo, mas cuja memória se perdeu. Por outras palavras, os que constituem hoje para nós uma fonte visível de factos e ideias importantes para o conhecimento do seu tempo e os que nos revelam, por assim dizer, «a face oculta da história». São todos estes, verdadeiramente, os que, no seu conjunto, definem as principais linhas de orientação em que o movimento jornalístico se desenvolve.

As coleções de periódicos e séries impressos, bem como das folhas noticiosas manuscritas (da Biblioteca Nacional, da Hemeroteca Municipal de Lisboa, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Pública de Évora, entre outras bibliotecas e arquivos registados no final) foram as bases fundamentais da pesquisa. Mas não suficientes. Muitas informações foram extraídas da leitura dos próprios periódicos coevos. Sem esquecer que algumas resenhas jornalísticas – com destaque para as de Augusto Xavier da Silva Pereira, embora exigindo muitas correções – tiveram também como fonte coleções particulares de jornais que não se encontram em bibliotecas.

Sobre as datas de aparecimento dos jornais geraram-se não poucos equívocos, que convém esclarecer. Por vezes, tem-se confundido a data do lançamento do prospecto anunciador do periódico como a do seu início (erro muito frequente com o *Diário de Notícias*). Ora o jornal só começa com o primeiro número, servindo o prospecto apenas para anunciar o seu eventual próximo aparecimento e tentar angariar assinantes que dessem a garantia de sustentá-lo. Quando estes não eram em número suficiente, muitas vezes o periódico nem chegava a aparecer. Outro equívoco tem surgido com os chamados números únicos comemorativos, que não considerámos como jornais, pois apenas pretendem assinalar uma efeméride, sem intenção de continuidade. Diferente é a situação (rara) do aparecimento do primeiro número de uma publicação que se pretendia periódica, mas que, por qualquer motivo, não teve sequência.

PREFÁCIO¹

O termo «imprensa» tem largo âmbito, envolvendo aspetos muito diversos; nem todos, porém, pretendemos agora desenvolver. Originariamente, imprensa dizia respeito apenas à «máquina de imprimir caracteres tipográficos em papel, ou em qualquer outra matéria». Passou a designar, depois, o estabelecimento onde trabalham essas máquinas e outras com elas relacionadas, isto é, a tipografia. Por extensão, o instrumento acabou por confundir-se com o produto e passou a designar, também, os próprios impressos.

Embora atualmente os termos «jornalismo» e «imprensa» abrangam diversificadas formas de comunicação social, o objeto do nosso estudo cingir-se-á às publicações escritas tendencialmente com carácter periódico e noticioso.

Ao traçar a história da imprensa periódica em Portugal, teremos de começar por definir o seu objeto, isto é, o «periódico». E não é esta questão ociosa ou de somenos importância, tendo dado origem a longas e aceras polémicas em que se envolveram alguns dos nossos maiores homens de letras, desde Herculano e Inocêncio a Brito Aranha e Eduardo Coelho, especialmente quando se levantou a polémica sobre o início da imprensa periódica no nosso país, como veremos adiante.

Durante muito largos anos, em Portugal, considerou-se o jornalismo como um género menor, *a latere* da literatura, muito pouco a sua história preocupando os nossos investigadores históricos ou literários, embora eventualmente pudessem recorrer a ele como fonte. Foi corrente a ideia expressa na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX* (p. 314): «O jornalismo é a antecâmara da literatura e se muito jornalista nela se queda e por ali fica, outros há que seguem avante, deixando a folha avulsa do jornal pela definitiva do livro.» Não nos deteremos no que isto representa de incompreensão das características específicas e do papel social e cultural próprios do jornalismo. Tão pouca atenção lhe foi prestada que nem mereceu desenvolvida referência em qualquer das nossas histórias gerais ou da literatura: enquanto umas a esquecem completamente, outras dedicam-lhe meia dúzia de linhas rápidas e, em geral, mal informadas².

De muito longe vinham as queixas pela ausência de um trabalho deste tipo. Em meados do século XIX, no primeiro volume do *Dicionário Bibliográfico Português* (tomo I, página 271), Inocêncio exorta António da Silva Túlio, que em 1851 se propusera publicar por meio de subscrições a «História Literária do Jornalismo em Portugal», a levar por diante o projeto, lamentando «que esta útil e curiosa publicação tenha estado até agora demorada e como que esquecida, com prejuízo das letras». Mais tarde, em outubro de 1863, na *Gazeta de Portugal*, volvia ele, pessimista: «O que não padece dúvida é que a “História do Jornalismo em Portugal” nem apareceu nem já agora provavelmente aparecerá.» Um ano depois, no *Anuário Português Científico, Literário e Artístico*, João José de Sousa Teles teve desabafo semelhante: «Empresa já hoje difícil, e difícilíssima, se não impossível, de aqui a anos, se com as gerações que se somem nos sepulcros se forem sepultando também notícias que conviria registar.»

O pessimismo de Inocêncio e de João José de Sousa Teles, legítimo em bibliógrafos, não o era em historiadores. Com efeito, havia a tendência para considerar como «histórias» meras resenhas e bibliografias jornalísticas ou coleções de episódios pitorescos, podendo dizer-se terem sido desta natureza, sobretudo, os subsídios que a história da nossa imprensa periódica recebeu durante largos anos. Entre eles, destaca-se o *Dicionário Jornalístico Português*,

de Augusto Xavier da Silva Pereira, cujo manuscrito se encontra no arquivo da Academia das Ciências e de que recentemente foi feito um DVD. O seu autor equivocava-se, também, ao declarar na apresentação do original à Academia que fez «a história do jornalismo lusitano [...] até ao infausto dia do falecimento do rei senhor D. Luís», quando, na verdade, se trata de uma relação – sem dúvida a mais importante – de periódicos portugueses ordenados por épocas e alfabeticamente. Uma verdadeira história deverá assentar em metodologia crítica e científica, mais do que em «notícias» e informações parcelares ou na miríade de pequenos factos anedóticos. Foi um longo percurso até se considerar que o estudo da imprensa periódica é um dos meios mais valiosos para o conhecimento de uma sociedade nos seus múltiplos aspetos, devendo ser focado tendo em conta a sua especificidade, mas não a sua marginalidade, isto é, numa visão socialmente integrada.

Nunca será de mais encarecer o seu valor como instrumento e meio de cultura. Não subalternizada em relação à literatura e a qualquer forma de expressão artística, a imprensa periódica (particularmente a partir do seu grande surto na época liberal) é um poderoso veículo de transmissão de informações, de difusão de ideias, um amplo repositório dos conhecimentos e das sensibilidades do seu tempo, daí, um dos mais expressivos avaliadores das atitudes mentais e das correntes de ideias na sociedade, para além dos círculos restritos. O que nos conduz à necessidade de avaliação da esfera e grau de influência dos jornais na consciência pública e nos acontecimentos políticos, económicos e culturais. Para ter uma noção da crescente importância da imprensa na nossa sociedade oitocentista, bastará dizer que, ao passo que em 1800 foi fundado um só jornal, apenas no ano de 1885, por exemplo, apareceram 220 novas publicações. Mais recentemente, veio a admitir-se que o jornalismo é uma das mais ricas fontes históricas de que se pode dispor não só para o estudo de acontecimentos relevantes, mas igualmente para o conhecimento de factos menores, que no seu conjunto constituem o tecido da vida quotidiana das sociedades, contribuindo, desta maneira, para caracterizar um período histórico na sua espessura social. Além disso, a partir da natureza estrutural e da função estruturante da comunicação na sociedade é

possível melhor conhecer esta a partir da sua profundidade organizativa e do seu funcionamento.

Demarcado o início da nossa imprensa periódica com as chamadas *Gazetas da Restauração*, vejamos a questão da periodização, como particularização da inscrição cronológica do periodismo na evolução histórica geral. É claro que as divisões serão tantas quantos os critérios adotados, conforme aquilo que se eleja como referências mais significativas: acontecimentos políticos, correntes culturais dominantes, relações com os poderes públicos e quadro censório, natureza e conteúdo dos jornais, desenvolvimento da imprensa periódica como indústria, evolução da técnica jornalística ou outra qualquer que se considere marcante.

Em síntese, numa perspetiva larga, reconhecemos que nos primeiros trabalhos sobre esta matéria se adotaram critérios baseados em referências aleatórias ou sistematizadas por temas e anos. Após os fins da década de 1940 passa a predominar um método de *análise formal*, isto é, a consideração do jornal tal como chega ao leitor. E, alguns anos depois, começa também a aplicar-se uma metodologia quantitativa, que já antes era usada em outros domínios da história. Em qualquer destes modelos estava presente a busca dos *conteúdos*, mas divergem quando para tal recorrem à análise de forma ou à relação com a sociedade geral. A nosso ver, a demarcação dos períodos e subperíodos da história da imprensa inserida na evolução histórica geral deverá ter como um dos pontos de partida a identificação dos diferentes sistemas de comunicação. Neste caso, a análise estará em estreita articulação com a história política, na medida em que os períodos ou subperíodos normalmente correspondem a situações históricas fraturantes que têm tradução na legislação da imprensa, isto é, na relação entre a natureza sistémica da comunicação e o poder político. Desta maneira, será possível também detetar os marcos na evolução das relações entre os que detêm o poder e os que lhe estão submetidos como contributo fundamental, em consequência, para a compreensão da natureza do regime político.

Da conjugação ou sobreposição de uns e outros destes critérios resultou a determinação de períodos curtos e médios e das principais fases:

- Primeira: Os Primórdios (da *Gazeta* de 1641 à Revolução de 1820);
- Segunda: O Nascimento da Imprensa de Opinião (da Revolução de 1820 ao estabelecimento definitivo da monarquia constitucional em 1834);
- Terceira: Liberais contra Liberais (do fim da guerra civil à Regeneração);
- Quarta: A Regeneração Pacificadora (de 1851 à organização industrial da imprensa em 1865).

Mas não é suficiente que a imensa massa de jornais das várias épocas aí esteja à disposição dos estudiosos. Como dizia Marc Bloch, «os textos só nos falam quando os sabemos interrogar». Com efeito, é necessário que haja uma espécie de «guia» (enquadramento histórico, metodologia crítica) que oriente o investigador nesse emaranhado denso e confuso da imprensa periódica. Por exemplo, não basta saber que houve, em 1843, um jornal chamado *A Coalizão*, que foi um dos mais importantes do seu tempo, para o poder consultar com proveito; será preciso conhecer por que motivo esse jornal foi fundado, que interesses defendia e que grupo o apoiava, quais as condições políticas e culturais em que se enquadra o seu aparecimento, qual a influência de Garrett na sua elaboração, quais os seus principais adversários e aliados e o estado geral da imprensa da época, qual o efeito que exerceu, etc. Só depois o estudioso poderá «interrogar» o jornal sem se deixar iludir por aspetos menores ou meras aparências, pela deformação dos factos resultante dos pressupostos ideológicos do redator ou dos interesses do grupo que defende ou pelas limitações gerais da própria imprensa da época; e estará apto, assim, a efetuar uma rigorosa e consciente crítica da fonte histórica, que é, como se sabe, o primeiro passo da investigação. Pode citar-se, a propósito, o caso de Oliveira Martins que, tendo escrito o *Portugal Contemporâneo* baseado, em boa parte, nos jornais da época, caiu por vezes em erros de informação e interpretação por não ter sabido «interrogar» suficientemente essa massa densa da nossa imprensa oitocentista.

Em primeiro lugar, será útil propor um esquema de classificação das publicações periódicas, para que possamos ter

um mais nítido quadro geral das variedades que elas podem abranger, ao mesmo tempo que serão agrupadas segundo as suas afinidades:

1. Âmbito geográfico

Jornais nacionais e jornais regionais, em meio rural e meio urbano. As ligações entre a imprensa lisboeta e a imprensa das províncias.

2. Relações com os poderes públicos e religiosos

Imprensa legal e clandestina, imprensa oficial ou oficiosa e imprensa particular. Contributo para a compreensão do regime político, das elites e, em geral, dos poderes dominantes.

3. Social

Compreensão do sistema da informação numa determinada sociedade a partir do conhecimento do tipo de influência exercida pelas formas de atuação social e de grupos sociais.

4. Orientação

Jornais independentes ou que pretendem apresentar-se como tal; jornais orientados: políticos, religiosos ou anticlericais; significado da prática frequente de transcrição de artigos de opinião de outros jornais; os grupos de pressão subjacentes à estrutura da empresa; dificuldade de identificar a posição política do jornal (exceto quando é órgão expresso de partido, grupo ou personalidade), procurando superar as suas ambiguidades e as eventuais enganadoras conclusões a partir da ideologia do diretor ou editor, nem sempre concordantes; a evolução política do jornal.

5. Conteúdos

Jornais políticos; predominantemente noticiosos; divulgadores de conhecimentos úteis, bem como dos avanços das ciências e das técnicas; de letras, artes, filosofia, enciclopédicos, biográficos, etc.; de legislação e jurisprudência; militares; históricos; co-

merciais, agrícolas, industriais ou sobre assuntos económicos em geral; humorísticos e satíricos, de diversão e variedades; sobre modas; musicais e teatrais; ilustrados; só de anúncios. O desenvolvimento da especialização: significado e orientações, conforme as épocas.

6. Periodicidade e género

Diários, bi ou trisemanais, semanários, mensários, anuários, etc.; revistas, boletins, arquivos, anais ou efemérides; o caso dos números únicos (ou, mais propriamente, das publicações avulsas ou comemorativas) ou suplementares.

Uma das questões mais importantes e de mais difícil pesquisa é o da expansão e influência da imprensa. Um inquérito neste domínio não poderá deixar de obedecer a algumas coordenadas fundamentais, entre as quais destacamos:

1. Como e porque nasce o jornal? Porque persiste? E porque morre?
2. A tiragem do jornal e a sua expansão; edições para Lisboa e para as províncias. A leitura nos clubes políticos e literários, nos cafés, botequins e outros lugares públicos: os índices de leitura por exemplar. Sendo muito raras as informações sobre as tiragens, estas poderão calcular-se indireta e aproximativamente através da longevidade do periódico³, pois é possível saber o número mínimo de compradores necessário para cobrir os custos de produção (em geral, não menos de 200), que por vezes são conhecidos, e considerando-se que a receita com a publicidade depende do volume da venda. O incumprimento no pagamento das assinaturas.
3. A que leitores se dirige.
4. Características da população do centro em que o jornal circula:
 - a) número de habitantes, classes sociais e atividades mais importantes a que se dedicam;
 - b) analfabetismo na região e nível de instrução das camadas sociais;

- c) preços dos jornais em relação com os salários médios das diversas classes.
5. Os jornais e a marcha dos acontecimentos sociais e políticos, tanto à escala nacional como regional. Quais os temas preferidos pelos jornais? Que posições perante os grandes acontecimentos?
 6. As relações recíprocas entre os jornais e as ideologias dominantes.

Estamos em crer, também, que alguns interessantes problemas de cultura serão dilucidados com o estudo das relações e influências recíprocas entre o jornalismo e o panfletarismo, o jornalismo e a literatura, o jornalismo e a oratória.

Como dizíamos, para uma criteriosa utilização da imprensa como fonte histórica é indispensável, antes de tudo, «conhecer» o periódico, para o que não basta estudá-lo na sua forma final, tal como é vendido ao público. Em última instância, será necessário investigar a estrutura do sistema informativo, o que nos obriga a definir como, ao longo dos tempos, evoluiu o conceito de empresa jornalística (do empreendimento individual ou familiar à empresa capitalista, por ações), a sua organização interna, a que se sobrepõe a análise dos conteúdos.

Nesta linha, deverão ser analisadas questões mais de perto relacionadas com a vida interna, a produção do jornal e as suas estruturas. Sugeríamos, a título de exemplo, as seguintes:

1. Redação: constituição da redação; hierarquias e divisão do trabalho; redatores, informadores e correspondentes; o repórter; os colaboradores; significado da expansão do folhetim (folhetim-romance e folhetim-crónica); informação do estrangeiro e meios utilizados; evolução da importância relativa do noticiário nacional e internacional; evolução da técnica da reportagem e da notícia; a titulação, evolução e significado; a revisão; a participação do leitor nas «Cartas ao Redator»; o anonimato e a assinatura dos artigos; as relações entre o jornalista e o leitor. A formação do jornalista. Fontes informativas nacionais e estran-

- geiras: redes de correspondentes e transcrições de outros jornais. As agências noticiosas. A evolução das técnicas de transmissão das notícias.
2. Direção: influência na vida do jornal; relações com a redação; o diretor, o editor e o redator principal, redator responsável e chefe de redação.
 3. Administração: constituição e influência no jornal; relações com a direção e a redação; ligações com os grupos políticos ou financeiros que sustentam o jornal. Custos de produção. O preço de venda ao público. A vida económica e financeira da empresa jornalística; capital social; acionistas. A natureza jurídica da empresa.
 4. Publicidade: a influência dos anúncios na vida financeira dos jornais; o problema da sujeição dos jornais aos anúncios; análise da evolução do tipo e conteúdo dos anúncios em si próprios e como indicadores significativos da vida social.
 5. Distribuição: venda ambulante e «cegos papelistas»; pontos fixos de venda; assinaturas; sistema de transportes; distribuição domiciliária e por correio. A rede comercial. Os problemas das relações postais, entre os quais o dos portes de correio.
 6. Tipografia: maquinaria de impressão; tipos e composição; estampa e gravura; a fotografia; paginação e evolução do grafismo: as relações entre o chefe da redação, o chefe da tipografia e o maquetista; máquinas de impressão e tintas. Pessoal da tipografia; o associacionismo e os movimentos reivindicativos dos tipógrafos.
 7. Papel: qualidade e preço; condicionante do formato; papel nacional e importado; a questão dos *stocks*.

São estas, a nosso ver, algumas das referências fundamentais que deverão orientar um estudo mais aprofundado sobre as características dos jornais e as condições materiais da sua existência. Não se poderá duvidar de que seria da maior utilidade, tanto para a compreensão estrutural da sociedade e dos seus instrumentos e meios de cultura como para servir de seguro e estimulante guia

ou roteiro para as inúmeras e fecundas pesquisas que o jornalismo oferece.

Desde a apresentação dos anúncios à técnica de redação das notícias é todo um domínio que permite prospeções muito proveitosas. Tais fontes são de rara fecundidade para o conhecimento das formas de sensibilidade, dos gostos dominantes, da atitude mental de certas camadas sociais em determinadas épocas.

Para os historiadores apenas interessados pelo jornalismo como copiosa fonte de informações sobre os acontecimentos um tal guia ou roteiro pensamos ser também da maior utilidade. Reconhecemos aqui, portanto, dois trabalhos diferentes ou, se quiserem, duas faces solidárias do trabalho: por um lado, fazer a história da imprensa, por outro, utilizar a imprensa como fonte histórica e instrumento para o conhecimento do passado.

Houve especial preocupação em não cair na enumeração excessivamente longa de periódicos ou nas resenhas de títulos. Os factos, datas, jornalistas e jornais registados são aqueles que nos pareceram ter interesse relevante pelo papel que desempenham ou o significado que têm na evolução geral da imprensa periódica. À luz, evidentemente, de uma problemática que tenha em conta as inter-relações da imprensa como meio de expressão e comunicação dos homens em sociedade com as suas condicionantes culturais, económicas, políticas, sociais. Só uma problemática informada nas dinâmicas que no seio da sociedade se desenvolvem poderá encontrar, em nossa opinião, a compreensão dos fenómenos jornalísticos, não nos limitando, portanto, a uma análise estática, mais ou menos formalista.

Notas

- 1 Foi-me por vários estudiosos encarecida a utilidade de um Prefácio desta natureza, não só pelas orientações que fornece para investigações sobre a história da imprensa como até para apoio a trabalhos académicos.
- 2 Como exceção, apenas a *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, que inclui um artigo de Alfredo da Cunha sobre a nossa imprensa periódica do século xvii.
- 3 Por isso tivemos a preocupação de, sempre que possível, indicar o número de jornais publicados.